

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA EDUCAÇÃO PAUTADA NA COMPREENSÃO DA REALIDADE

Sandra Aparecida Brasil¹

Luiz Rogério Oliveira da Silva²

“Uma terra sem gente dispensa qualquer política educativa. [...] Somente tem sentido uma política educativa se no campo existirem crianças, adolescentes, jovens ou adultos a educar” (ARROYO, [s.d.], p. 02).

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido na perspectiva de aprofundar conhecimentos a respeito do movimento campo-cidade, buscando compreender como a Educação do Campo pode contribuir para a valorização do campo³ e das pessoas que nele habitam. Para tanto, por meio de pesquisa de campo junto a alunos⁴ e educadores⁵ de uma escola do município de Juranda, realizada no início de abril do ano de 2011, foram levantadas informações a cerca do processo de migração de pessoas da zona rural para zona urbana do referido município e também para outros municípios maiores. Os resultados obtidos com a pesquisa contribuem para a premissa de que a Educação do Campo somente pode ser materializada se houver compreensão da realidade em que se deseja inseri-la e desenvolvê-la, assim como das peculiaridades das pessoas e dos movimentos sociais aí existentes.

Palavras-chave: Movimento campo-cidade; Educando-sujeito; Valorização.

¹ Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo - EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Goioerê, e-mail: sab1605@gmail.com.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

³ A palavra *campo*, refere-se a zona rural (sítios, chácaras, fazendas, etc.).

⁴ Aluno(s) refere-se a alunos e alunas.

⁵ Educador(es) refere-se a profissionais docentes e não docentes atuantes nas escolas.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo tem se configurado ao longo dos anos como uma proposta de Educação surgida a partir dos movimentos sociais existentes no campo e da necessidade de conferir sentido às atividades pedagógicas desenvolvidas pelas escolas que atendem alunos do campo.

Nesse sentido, a Educação do Campo constitui-se em uma proposta de educação que esteja vinculada a realidade dos educandos, sendo estes os *sujeitos* do processo ensino aprendizagem, decorrendo a necessidade de compreender a realidade em que estes educandos estão inseridos.

O êxodo rural resultante de processos migratórios configura-se como importante fator presente na realidade do campo, havendo a necessidade de compreendê-lo como fator condicionante da Educação do Campo. O município de Juranda tem suas origens baseadas na agricultura familiar de subsistência com predomínio de pequenas propriedades agrícolas, as quais ao longo dos anos estão perdendo espaço para grandes propriedades monoculturas em decorrência de diversos fatores econômicos e sociais. Isso tem feito com que as pessoas que aí residiam tivessem de desfazer-se de suas terras e migrar para centros urbanos (inclusive de outras cidades maiores) em busca de melhores condições de vida.

Para melhor compreender tal realidade e o movimento de migração de pessoas do campo para as cidades em busca de novas oportunidades (movimento campo-cidade), para a construção de uma educação voltada para as pessoas do campo, questiona-se: *“Como a Educação do Campo, pautada na compreensão do movimento campo-cidade, pode contribuir para a valorização do campo e das pessoas que nele habitam?”*.

Neste sentido, o objetivo a ser alcançado fundamenta-se em *Compreender o movimento-campo cidade no município de Juranda como forma de valorizar o campo e as pessoas que nele habitam por meio de uma Educação do Campo*.

Para a concretização deste estudo, a partir da realidade local, desenvolveu-se uma pesquisa de campo buscando compreender causas e possibilidades que desencadearam o movimento campo-cidade no município. Bem como possíveis ações que possam contribuir para a melhora da vida no campo e também identificar possibilidades de atuação para uma proposta local de atuação de Educação do Campo.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma proposta de educação a partir da compreensão da realidade local

A Educação do Campo constitui-se em uma proposta de educação em que se parte da realidade local, considerando os sujeitos educativos como protagonistas do processo educativo – construtores/reconstrutores da própria realidade.

Sua origem se deve a mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas:

nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2007, p. 01).

Segundo Caldart (2007), a Educação do Campo nasceu como posição de confronto: a projetos que posicionam a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias porque não precisa de mão-de-obra para trabalhar e muito menos de escolas; e a uma educação abstrata, distante da realidade do campo e de suas relações sociais concretas.

Neste sentido, a Educação do Campo pode ser compreendida como uma proposta diferenciada de educação, que considera o cotidiano das pessoas do campo. A educação para as pessoas que vivem no campo necessita estar voltada para a realidade de tais pessoas, ao invés de ser conduzida por preceitos de uma

educação vislumbrada segundo moldes urbanos, reproduzindo a idéia de que a realidade rural é inferior a urbana.

Ainda esclarece Caldart (2007) que o campo, segundo a perspectiva da classe trabalhadora camponesa, não tem sido colocado como referência para pensar um projeto de nação que considere a realidade das pessoas que residem nas zonas rurais brasileiras.

De acordo com Santos (2006), as políticas educacionais para os trabalhadores do campo comumente são organizadas em uma perspectiva da educação para o capital, distante da realidade cultural, social e econômica existentes nas propriedades da agricultura familiar. Este tipo de educação não oportuniza as pessoas do campo condições de mudança e sim de aceitação e submissão a essa lógica excludente.

Por isso, esclarece a mesma autora, que o campo tem sido considerado historicamente como inferior à cidade, principalmente em função da subordinação do mesmo à lógica do capital, o que se agrava por desconsiderar a realidade presente no campo a partir dos trabalhadores das pequenas propriedades.

Para Fernandes (2005), a lógica capitalista introduziu no campo o agronegócio e este organiza o seu território para a produção de mercadorias, enquanto o campesinato visa a sobrevivência com qualidade de vida. Mas o campo necessita ser concebido como espaço de vida, onde se realizam as dimensões da existência humana.

Neste sentido, afirma Caldart (2007) que, a materialidade da Educação do Campo fundamenta-se nas relações sociais.

A materialidade educativa de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Por isso, ela desafia o pensamento pedagógico a entender esses processos, econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e portanto constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça, inclusive na escola (CALDART, 2007, p. 01).

Isto não significa, no entanto, oferecer uma educação diferenciada ou ainda adequada apenas ao que se espera vivenciar no cotidiano no campo. Mas significa

uma aproximação dos temas a serem trabalhados na escola às atividades desenvolvidas pelos educandos no campo, na busca por conferir significado ao que deve ser aprendido pelo aluno.

Para Jesus e Mion (2005), as escolas existentes no campo enfrentam graves problemas, como falta de infraestrutura, falta de valorização e qualificação docente e apoio às iniciativas de renovação. E ainda, o currículo mostra-se inadequado aos interesses e necessidades dos sujeitos do campo e os conteúdos escolares são desvinculados da realidade dos alunos, gerando desinteresse pelo aprender.

Essa dimensão que norteia a Educação do Campo lhe confere inúmeras dificuldades, pois não apenas as faltas contribuem para dificultar a formação do educando, mas também as resistências e críticas empata o seu funcionamento.

A Educação do Campo, esclarece Caldart (2007), tem recebido críticas por tentar afirmar na escola diferentes dimensões formativas. Tais críticas são fundamentadas na argumentação de que as referidas dimensões tendem a secundarizar a questão do conhecimento e então fragilizar politicamente a classe trabalhadora do campo.

Contudo, uma proposta de educação voltada para o campo pressupõe a compreensão da realidade, na perspectiva de identificar as necessidades locais e adequar a prática pedagógica às necessidades do educando, de modo que a escola possa tornar o processo ensino-aprendizagem um processo com significado para o educando.

3 PARTINDO DA REALIDADE LOCAL: compreendendo o movimento campo-cidade

Desenvolver uma proposta de Educação do Campo significa aproximar os assuntos trabalhados em educação do cotidiano das pessoas que vivem no campo. Embora o movimento campo-cidade tenha causas e consequências semelhantes

nas mais variadas regiões do país, cada região apresenta suas peculiaridades, seja em decorrência das condições geográficas, seja em função da cultura, ou seja, em função do tipo de atividade agrícola desenvolvida. Por isso, optou-se por focar este estudo na compreensão do movimento campo-cidade do município de Juranda – Paraná.

De acordo com IPARDES (2010) o município de Juranda, pertencente ao Estado do Paraná, localiza-se a 75 quilômetros da cidade de Campo Mourão, especificamente na microrregião de Goioerê, com área territorial de 345,757 Km².

LOCALIZAÇÃO



LIMITES DO MUNICÍPIO



Figura 1: Localização município de Juranda
FONTE: IPARDES (2010)

Juranda foi colonizada por imigrantes europeus, descendentes de Ucrânios, Poloneses, Italianos e Alemães. Com o transcorrer dos anos houve a chegada de pessoas vindas de outras regiões do Paraná e do Brasil, em especial de paulistas, mineiros, gaúchos e baianos. No final dos anos 1990, chegaram algumas famílias de origem japonesa.

Juranda foi emancipada e se tornou município no ano de 1981. Possui atualmente três distritos administrativos, a cidade propriamente dita, o Distrito de Primavera e o Distrito de Rio Verde.

A atividade econômica desenvolvida baseia-se na monocultura, predominando o cultivo de soja, trigo e milho. Anos atrás também havia o cultivo de arroz, feijão, aveia, entre outros, caracterizando-se como uma agricultura de subsistência. Nas comunidades rurais que existiam no município haviam escolas, as chamadas “escolinha rurais” que ofertavam ensino fundamental de 1^a a 4^a série, muitas vezes em classes multisseriadas. Mas, com a migração de muitas pessoas

do campo para as cidades e diminuição da demanda, tais escolas foram fechadas e as crianças que ainda residiam nas zonas rurais foram obrigadas a estudar nas escolas da cidade, tendo de fazer uso de transporte escolar público por longos percursos. Outras ainda, conseguiram estudar nos distritos que também possuíam escolas, as quais passaram a ser denominadas recentemente Escolas de Campo.

Na busca por aproximar o conhecimento a cerca da realidade local e então ser possível melhor compreender o movimento campo-cidade, desenvolveu-se uma pesquisa junto a alunos e educadores. A pesquisa ocorreu no início do mês de abril do ano de dois mil e onze e contou com a participação de alunos que residem ou residiram no campo e de educadores, por meio do uso de questionários e de conversas com os pesquisados.

O público entrevistado constituiu-se de alunos de Ensino Médio – modalidade Educação de Jovens e Adultos e educadores que tem contato com os referidos alunos, ambos vinculados a Escola Estadual da zona urbana da cidade de Juranda. Tanto alunos como educadores contribuíram voluntariamente com a pesquisa e se mostraram empenhados em responder as questões.

Os resultados alcançados com a pesquisa estão demonstrados a seguir, separados segundo a natureza do grupo pesquisado: alunos e educadores.

3.1 A visão dos alunos participantes da pesquisa sobre o tema

Participaram da pesquisa 19 alunos, sendo 1 residente no campo, 3 que nunca residiram no campo e 15 que residiram no campo em algum momento da vida. A faixa etária dos mesmos situa-se entre 22 e 47 anos. Optou-se por tais alunos, pois são adultos que, por diversos motivos tiveram de se ausentar dos bancos escolares, retomaram os estudos em busca de oportunidades, conhecem a realidade do município e em sua maioria já residiram na zona rural.

Todos os alunos que um dia residiram na zona rural e aquele que ainda reside afirmaram gostar de morar no campo e destacaram as seguintes vantagens:

maior união entre as pessoas, maior bem-estar (tranquilidade, privacidade, liberdade, ar mais puro), maior fartura de alimentos cultivados ali mesmo, menores despesas com água e energia elétrica, custo de vida menor. Quanto a cidade, eles afirmaram que, o custo de vida é maior porque tudo tem de ser comprado, é preciso trabalhar fora e ainda cuidar da casa para sobreviver, mas há a vantagem da praticidade, de se estar perto do posto de saúde, do hospital, do comércio, de escolas.

Vantagens em morar no campo segundo os alunos participantes

- Maior união entre as pessoas;
- Maior bem-estar e qualidade de vida;
- Maior fartura de alimentos, água e energia;
- Custo de vida menor que na cidade.

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos

Ao falar das causas que levam as pessoas a mudar do campo para a cidade, inclusive daquelas que levou a maioria deles a mudar, foram citadas: a mecanização agrícola, com a substituição do trabalho braçal; falta de emprego e/ou oportunidade; falta de terra para trabalhar (porque os proprietários pediam as propriedades rurais em caso de cessão ou arrendamento ou os sitiantes vendiam suas propriedades para fazendeiros); dificuldade no transporte para a cidade; busca por uma vida melhor (educação e emprego para os filhos), aqui cabe citar que muitos dos filhos das famílias da zona rural migravam para as cidades em busca de estudos ou emprego, e os pais, quando ficavam, anos depois também se mudavam para não ficarem sozinhos, uma vez que muitas vezes não tinham mais condições físicas de continuar trabalhando nas lavouras ou na criação de animais em função da idade avançada.

Causas do Movimento campo-cidade na visão dos alunos participantes

- Mecanização agrícola com a substituição do trabalho braçal pela máquina;
- Falta de emprego/oportunidade;
- Falta terra para trabalhar;
- Dificuldades em locomoção para a cidade;
- Busca por uma vida melhor (educação, saúde, emprego).

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos

Ao serem questionados sobre o que acreditavam ser possível fazer para que a vida no campo se tornasse melhor, responderam em sua maioria que os Governos deveriam incentivar a vida no campo, por meio de estímulos à diversificação agrícola (bicho-da-seda, hortaliças, alimentos, frutas, etc.), ao trabalho do pequeno produtor, oferta de cursos e capacitação aos mesmos, melhoria na infraestrutura das estradas, mantendo escolas mais perto das comunidades, ajuda de custo para que os agricultores não sobrevivam com tantas dívidas e pudessem por meio de alternativas aumentar sua renda familiar. Todavia, cabe destacar aqui a fala de um dos entrevistados, que demonstra a falta de perspectiva que paira sobre o tema. Ele afirmou assim: “Eu acho difícil porque os fazendeiros não querem ter compromisso com o pequeno agricultor”.

Possível ação para melhora da vida no campo, na visão dos alunos participantes

- Incentivos dos Governos (infraestrutura, subsídios, capacitação, escolas mais próximas das comunidades, etc.).

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos

E em relação ao que a escola poderia fazer, os alunos afirmaram que, poderia haver a oferta de palestras e cursos práticos sobre o meio ambiente, cursos que capacitem as pessoas para o cultivo, incentivar os alunos levando-os para o campo para que eles conheçam como é a vida neste ambiente e sobre sua qualidade, ensinar formas de planejamento para este tipo de vida. Aqui cabe destacar a fala de um dos participantes: “Gostaria de aprender mexer com horta de maneira correta para melhorar lá no campo, sem tanto veneno”.

Contribuição da escola para melhora da vida no campo, na visão dos alunos participantes

- Realização de palestras sobre o tema;
 - Realização de cursos práticos sobre meio ambiente, sobre o como cultivar, etc.;
 - Incentivar os alunos para conhecer a vida no campo;
 - Ensinar a fazer planejamento para a vida no campo.
-

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos

3.2 A visão dos educadores participantes da pesquisa sobre o tema

Contribuíram com a presente pesquisa 10 educadores, que atuam na Escola Estadual localizada na zona urbana do município de Juranda, expondo seus conhecimentos e experiências sobre as causas e as possibilidades de melhorias para a vida no campo.

Quanto as causas elencadas, os educadores citaram: industrialização/mecanização/modernização da agricultura; substituição da mão-de-obra pela máquina; falta de qualificação para uso das máquinas; altos custos de produção das lavouras; baixos preços dos produtos agrícolas; falta de empenho dos governantes em desenvolver políticas agrícolas voltadas para o pequeno produtor; expectativa de encontrar melhores oportunidades e maiores fontes de renda nas cidades; busca por facilitar a vida dos filhos no que se refere ao acesso a escola, a universidades e ao mercado de trabalho; e também, a ilusão de que a vida na cidade vai ser melhor, o que muitas vezes não acontece e a falta de qualificação profissional cria situações de miséria e a necessidade de submeter-se a um sub-emprego, gerando problemas urbanos como aumento das favelas e da violência.

Causas do Movimento campo-cidade, na visão dos educadores participantes

- Industrialização/mecanização/modernização da agricultura;
 - Substituição da mão-de-obra humana pela máquina;
 - Falta de qualificação para uso das máquinas;
 - Altos custos de produção das lavouras;
 - Baixos preços dos produtos agrícolas;
 - Falta de empenho dos governantes em desenvolver políticas agrícolas voltadas para o pequeno produtor;
 - Expectativa de encontrar melhores oportunidades e maiores fontes de renda nas cidades;
 - Tentativa de facilitar a vida dos filhos no que se refere ao acesso a escola, a universidades e ao mercado de trabalho;
 - Ilusão de que a vida na cidade vai ser melhor.
-

Fonte: pesquisa realizada junto a educadores

No que se refere a ações que poderiam melhorar a vida no campo, os educadores mencionaram: melhoria nos meios de transporte; melhoria nas vias de escoamento da produção agrícola; garantia de preços mínimos adequados para os

produtos; isenção de taxas abusivas hoje existentes nos insumos agrícolas; incentivo a agricultura de subsistência pelos governantes, por meio de subsídios; incentivo a diversificação da produção agrícola (piscicultura, criação de bicho-da-seda, cultivo de frutas, hortaliças, produtos orgânicos, arroz, feijão, etc.); construção de galpões (tipo cooperativas), próximos as comunidades, para desenvolvimento de atividades como cursos e fabricação de produtos (queijos, doces, bolachas, etc.) e posterior comercialização dos mesmos.

Possíveis ações para a melhoria da vida no campo, na visão dos educadores participantes

- Melhoria nos meios de transporte e nas vias de escoamento da produção agrícola;
 - Garantia de preços mínimos adequados para os produtos;
 - Isenção de taxas abusivas hoje existentes nos insumos agrícolas;
 - Incentivo a agricultura de subsistência pelos governantes, por meio de subsídios;
 - Incentivo a diversificação da produção agrícola (piscicultura, criação de bicho de bicho-da-seda, cultivo de frutas, hortaliças, produtos orgânicos, arroz, feijão, etc.);
 - Construção de galpões (tipo cooperativas), próximos as comunidades, para desenvolvimento de atividades como cursos e fabricação de produtos (queijos, doces, bolachas, etc.) e posterior comercialização dos mesmos.
-

Fonte: pesquisa realizada junto a educadores

E, quanto a possíveis ações a serem desenvolvidas na escola, os educadores afirmaram: trabalhar em sala de aula com a realidade do aluno que vive no campo, dando-lhes oportunidade de aprender a lidar com essas possibilidades, sem lhes tirar as perspectivas de melhorar as condições de vida; trabalhar em sala de aula mediando a interação dos alunos que vivem no campo e suas experiências com os demais alunos, mostrando que a vida no campo pode ser muito boa sem ser necessário buscar alternativas na cidade; trabalhar em sala de aula buscando mostrar ao aluno como este poderia diversificar suas atividades e técnicas de trabalho; trabalhar em sala de aula buscando mostrar ao aluno e sua família as vantagens de morar no campo; trabalhar com projetos escolares voltados para aspectos da vida no campo, como cultivo de diversas culturas, trabalho com hortas, etc.; oferecer cursos técnicos que capacitem para o trabalho no campo, como jardinagem, cultivo de hortaliças, etc.; trabalhar dentro de cada disciplina a vida no campo, como por exemplo, em geografia trabalhar sobre a questão da terra, em

ciências trabalhar a questão do cultivo de verduras, etc. Ao realizar a pesquisa, a opinião de um dos educadores participantes chamou a atenção:

“O professor poderia trabalhar com o aluno em sala de aula a questão da existência da monocultura. O porquê quando você chega na cooperativa e olha os preços dos produtos só vê soja, milho e trigo. Porque não vê o preço do arroz e do feijão. E se você pergunta pra um funcionário da cooperativa qual o preço de produtos como o arroz e o feijão, é bem capaz de ele rir da sua cara. Quer dizer o governo não incentiva o pequeno produtor, que acaba tendo que vender o que possui e migrar para a cidade. Mas o aluno pode afirmar que tem linhas de financiamento pro pequeno produtor, como o Pronaf⁶. Sim, existe o Pronaf e tantas outros. Mas não há incentivo para a compra daquilo que é produzido pelo pequeno produtor, para que ele diversifique sua produção. Deveria haver por parte do governo subsídio para a garantia de preço mínimo para tais produtos. Essa questão poderia ser trabalhada com o aluno em sala de aula (EDUCADOR A, 2011).

Segundo o Educador A, o professor poderia trabalhar a atual realidade que o campo vive hoje.

Contribuição da escola para melhora da vida no campo, na visão dos educadores participantes

- Trabalhar em sala de aula com a realidade do aluno que vive no campo, dando-lhes oportunidade de aprenderem a viver com essas possibilidades, sem lhes tirar as perspectivas de melhorar as condições de vida;
- Trabalhar em sala de aula mediando a interação dos alunos que vivem no campo e suas experiências com os demais alunos, mostrando que a vida no campo pode ser muito boa sem que seja necessário buscar alternativas na cidade;
- Trabalhar em sala de aula buscando mostrar ao aluno como este poderia diversificar suas atividades e técnicas de trabalho;
- Trabalhar em sala de aula buscando mostrar ao aluno e sua família as vantagens da vida no campo;
- Trabalhar com projetos escolares voltados para aspectos da vida no campo, como cultivo de diversas culturas, trabalho com hortas, etc.;
- Oferecer cursos técnicos que capacitem para o trabalho no campo, como jardinagem, cultivo de hortaliças, etc.;
- Trabalhar dentro de cada disciplina a vida no campo, como por exemplo, em geografia trabalhar sobre a questão da terra, em ciências trabalhar a questão das plantas, do cultivo de verduras, etc.;
- Trabalhar a questão da realidade que o campo vivencia nos dias de hoje.

Fonte: pesquisa realizada junto a educadores

⁶ PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) destina-se ao apoio financeiro de atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família (BCB, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES

Como a Educação do Campo, pautada na compreensão do movimento campo-cidade, pode contribuir para a valorização do campo e das pessoas que nele habitam?

Responder a este questionamento e alcançar o objetivo proposto ao planejar este estudo, torna-se possível graças ao acesso a estudos sobre o assunto e as contribuições dos alunos e educadores participantes da pesquisa realizada. Esta última contribuiu para se conhecer a realidade do município de Juranda no que se refere as causas que contribuíram para o movimento de migração de pessoas do campo para a cidade e quais alternativas poderiam ser desenvolvidas por meio de uma Educação do Campo.

Quanto as causas elencadas pelos entrevistados cabe destacar a *mecanização/modernização da agrícola*, que transformou a vida no campo em um negócio, substituiu o trabalho braçal pelo trabalho da máquina exigindo mão-de-obra qualificada, gerou desemprego e contribuiu para a substituição das diversas culturas pela monocultura; *falta de incentivo por parte dos governos* aos pequenos produtores, que estimulam as monoculturas, não investem em infraestrutura no campo (estradas, escolas, etc.) e não desenvolvem políticas agrícolas para o bem estar social no campo mas apenas para o consumo e para a exportação; e, dadas as dificuldades existentes no campo, as famílias passam a *buscar novas oportunidades* nas cidades, como acesso a educação, emprego e renda.

Diante dessa realidade, os participantes da pesquisa indicaram como alternativa para a melhora nas condições de vida no campo a *ação governamental*, por meio de incentivos ao pequeno produtor, como: subsídios para a produção e venda dos produtos (garantindo preços mínimos adequados), investimento em infraestrutura (melhoria nas estradas, construção de instalações para a formação de cooperativas, investimento em cursos de capacitação, etc.), redução dos impostos, taxas e entraves burocráticos à aquisição de recursos e insumos e a venda da

produção agrícola, incentivo a diversificação da produção agrícola (cultivo de arroz, aveia, girassol, feijão, mandioca, aviários, alevinos, etc.) e da fabricação de produtos caseiros (doces, biscoitos, compostas, etc.). Enfim, a alternativa proposta pelos participantes é a ação dos governos, que poderiam agir por meio de políticas públicas e contribuir para a melhora nas condições de vida das pessoas que moram no campo ou gostariam de voltar a morar – incentivando a agricultura familiar.

E, quanto ao que poderia ser realizado nas escolas caracterizando e construindo uma Educação do Campo e para o Campo, segundo os participantes, é uma aproximação da realidade daqueles que residem nas zonas rurais, fazendo-se conhecê-las, compreendê-las e valorizá-las. Dentre as sugestões propostas destacam-se o *trabalho em sala de aula sobre aspectos da vida no campo* (troca de experiências com os alunos que vivem no campo, aproximar essa realidade da realidade daqueles que moram na cidade, ensinar a fazer planejamentos para uso no campo, mostrar as vantagens da vida no campo, mostrar possibilidades de diversificação das atividades e das culturas no campo, trabalhar com projetos e atividades práticas (como cultivo de hortas e realização de visitas ao campo). O trabalho em sala de aula sobre a realidade local e nacional pode estimular a formação da consciência crítica, como no exemplo mencionado pela Educadora A sobre a exposição dos preços da soja, do milho, do trigo e a não exposição dos preços do arroz e do feijão.

Portanto, diante dos resultados obtidos com a pesquisa é possível afirmar que o objetivo proposto foi alcançado e foram identificadas várias informações relevantes para a compreensão da problemática levantada. Somente conhecendo o movimento campo-cidade, sob a perspectiva local, é possível compreender a realidade das pessoas que moram ou moraram no campo. Desta maneira torna-se possível atuar em sala de aula com uma proposta de educação em que o educando seja o protagonista do processo ensino aprendizagem, pois o fazer pedagógico passa a ser fundamentado na realidade do aluno, e torna-se possível desenvolver uma Educação do Campo e para aqueles que vivem no campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Por um tratamento público da Educação do Campo**. Disponível em: [HTTP://www.iserraverdemarazul.com.br/cid/30arq.doc](http://www.iserraverdemarazul.com.br/cid/30arq.doc). Acessado em 20/02/2011.

BCB – Banco Central do Brasil. **FAQ – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ> Acessado em 15/04/2011.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. Capítulo II – Educação do Campo. **III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Luiziânia (GO): out/2007. Disponível em http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_03.html Acessado em 14/02/2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. **I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo**. Brasília/DF. Setembro/2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf Acessado em 14/02/2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Juranda**. 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87355&btOk=ok>. Acessado em 21/02/2011.

JESUS, Vania Cristina Pauluk de; MION, Rejane Aurora. Capitalismo e educação no campo: o desafio da construção de uma escola *do* campo. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Outubro/2005 - Cascavel/Pr. Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu08.pdf](http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu08.pdf). Acessado em 14/02/2011.

SANTOS, Franciele Soares dos. Educação do Campo e Educação Urbana: aproximações e rupturas. **Revista Educere Et Educare – UNIOESTE/PR**. Vol. I. N. 01. Jan/Jun – 2006. P. 69-72. Disponível em: [http://e-
revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1006](http://e-
revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1006)>. Acessado em 18/02/2011.